

ARA POTY PARA ENFRENTAMENTO DO RACISMO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DOS GUARANI E KAIOWÁ

ARA POTY FOR COMBATING ENVIRONMENTAL RACISM IN THE TERRITORY OF THE GUARANI AND KAIOWÁ

Autor(es): Lethicia Camila Dorce, Sarah Helena dos Santos Farias, Madalena Maria Schlindwein, Mauricio Hiroyuki Kubo,

Filiação: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

E-mail: leticiadorce@hotmail.com, sarahh.farias9@gmail.com, madalenaschlindwein@ufgd.edu.br, kubo.m.hiroyuki@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): 8 Construção de conhecimentos e estratégias de intervenção planejada: da extensão rural aos diálogos interculturais

Resumo:

Este estudo analisa os conflitos territoriais entre os povos indígenas Guarani e Kaiowá e os latifundiários no estado de Mato Grosso do Sul (MS), com foco no período de 2011 a 2018. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram examinados relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para avaliar a eficácia das políticas públicas na mediação desses conflitos e seus impactos na violência contra os indígenas. Os dados indicam que o ano de 2014 foi marcado por intensa tensão, com uma taxa alarmante de homicídios indígenas (100 por 100 mil habitantes), superior à de regiões em guerra, como o Iraque. Foram registrados 138 homicídios indígenas, sendo 27 das etnias Guarani e Kaiowá, além de 48 casos de suicídio. O artigo também apresenta uma experiência de resistência por meio do projeto de extensão universitária “Ara Poty: Cooperação e Empreendedorismo Indígena”, que visa fortalecer a autonomia produtiva indígena por meio da agroecologia, do uso de sementes crioulas e de práticas sustentáveis. Conclui-se que o fortalecimento de redes colaborativas, a valorização dos saberes tradicionais e políticas públicas eficazes podem contribuir para mitigar os conflitos fundiários e promover a sustentabilidade no meio rural.

Palavras-chave: agroecologia, conflito territorial, indígenas, extensão universitária.

Abstract:

This study analyzes territorial conflicts between the Guarani and Kaiowá Indigenous peoples and large landowners in the state of Mato Grosso do Sul (MS), focusing on the period from 2011 to 2018. Using a qualitative approach, reports from the Indigenous Missionary Council (CIMI) were examined to assess the effectiveness of public policies in mediating these conflicts and their impact on violence against Indigenous communities. The data reveal that 2014 was marked by intense tension, with an alarming Indigenous homicide rate (100 per 100,000 inhabitants), surpassing that of war zones such as Iraq. A total of 138 Indigenous homicides were recorded, including 27 Guarani and Kaiowá individuals, in addition to 48 suicide cases. The article also presents a case of resistance through the university extension project “Ara Poty: Indigenous Cooperation and Entrepreneurship,” which aims to strengthen Indigenous productive autonomy through agroecology, the use of creole seeds, and sustainable practices. The study concludes that strengthening collaborative networks, valuing traditional knowledge, and implementing effective public policies can contribute to mitigating land conflicts and promoting rural sustainability.

Key words: agroecology, indigenous, territorial conflicts, university extension.

1. Introdução

Os povos indígenas Guarani e Kaiowá enfrentam, há décadas, intensos conflitos territoriais no estado de Mato Grosso do Sul (MS), motivados pela expansão do agronegócio, pela disputa fundiária e pela violência sistemática que ameaça sua existência e seus modos de vida tradicionais. Apesar de possuírem direitos originários sobre suas terras, assegurados pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988, a demarcação e a proteção desses territórios têm sido historicamente negligenciadas pelo Estado, o que intensifica os confrontos com latifundiários e produtores rurais.

Atualmente, o estado do MS abriga cerca de 80.459 indígenas pertencentes a oito etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató. Os Guarani e Kaiowá, especificamente, somam aproximadamente 60.000 pessoas, vivendo em 30.400 hectares — área delimitada entre 1915 e 1928 pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Antes desse processo de confinamento em reservas, essas populações mantinham autonomia territorial, organizando-se conforme seus sistemas socioculturais próprios. A imposição de limites espaciais desrespeita seus modos de vida, promovendo um processo de desterritorialização e colonialismo contemporâneo (Mota, 2015).

Os impactos dessa disputa refletem em altos índices de violência. Entre 2003 e 2019, o MS concentrou 39% dos 1.367 assassinatos de lideranças indígenas no Brasil, sendo 77% desses casos diretamente relacionados à luta pela terra (Santos; Amado; Pasca, 2021). Dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) revelam que, entre 2011 e 2018, os conflitos se intensificaram, com 2014 apresentando os maiores índices de homicídios de indígenas, superando inclusive regiões de guerra.

Além da violência, as comunidades enfrentam altos níveis de insegurança alimentar. A substituição de sistemas agrícolas tradicionais por monoculturas e o enfraquecimento dos saberes ancestrais têm contribuído para a desnutrição infantil e a fome. Na Reserva Indígena de Dourados (RID), um estudo com 435 famílias revelou insegurança alimentar em 100% dos domicílios, com destaque para a aldeia Bororó (Jorge, 2014).

Relatórios internacionais, como os do *High Level Panel of Experts* (HLPE) e do *Committee on world food security* (CFS), apontam a agroecologia como via promissora para a segurança alimentar e sustentabilidade dos sistemas de produção em contextos vulneráveis (GROUP, 2010; HLPE, 2019). Diante desse cenário, o projeto de extensão “Ara Poty: Cooperação e Empreendedorismo Indígena”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), surgiu como uma resposta prática e participativa. Desde 2022, o projeto é implementado na aldeia Bororó, promovendo a valorização do território, a autonomia produtiva e o resgate de saberes por meio da agroecologia e do uso de sementes crioulas. Este artigo propõe-se a integrar a análise dos conflitos territoriais com práticas de resistência sociopolítica e cultural, a fim de discutir como iniciativas autônomas e políticas públicas podem contribuir para a valorização dos territórios indígenas e o fortalecimento de seus modos de vida.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Racismo Ambiental no Brasil e Comunidades Indígenas

O racismo ambiental pode ser compreendido como a distribuição desigual de riscos e impactos socioambientais entre grupos sociais, afetando de forma mais intensa populações historicamente marginalizadas, como as comunidades indígenas (Bullard, 2000). No Brasil, essa dinâmica se manifesta na sobreposição de processos históricos de colonização e expropriação territorial com práticas contemporâneas de degradação ambiental, como o

desmatamento ilegal, o uso intensivo de agrotóxicos e a invasão de terras tradicionais por empreendimento econômicos (Silva et al., 2019; APIB, 2021).

Tais processos não apenas comprometem a integridade dos ecossistemas, mas também colocam em risco a saúde, a segurança alimentar e os direitos culturais dos povos indígenas. A ausência de políticas públicas eficazes, somada ao desrespeito aos saberes tradicionais, reforça a exclusão social e ambiental dessas populações (FIOCRUZ, 2020). Nesse contexto, a valorização dos conhecimentos ancestrais e a participação ativa das comunidades indígenas na gestão dos recursos naturais emergem como estratégias fundamentais para a promoção da justiça socioambiental (Cornish et al., 2023).

O reconhecimento das especificidades culturais dos povos indígenas na formulação e execução de políticas ambientais é essencial para a construção de soluções sustentáveis e inclusivas (Tucker; Izadpanahi, 2017). A mobilização desses povos tem contribuído para ampliar o debate público sobre os direitos territoriais e a sustentabilidade, tornando visíveis os impactos negativos de modelos desenvolvimentistas excludentes (IWGIA, 2019).

Além disso, a educação intercultural tem papel central na resistência indígena, ao promover o fortalecimento da identidade cultural e a valorização dos saberes tradicionais. Para Paulo Freire (2010), a educação deve ser um processo emancipatório, capaz de transformar sujeitos em agentes ativos de sua própria história. Nesse sentido, é essencial que o currículo escolar nas comunidades indígenas incorpore práticas pedagógicas que respeitem e transmitam os conhecimentos ancestrais.

O projeto Ara Poty, em parceria com a Escola Municipal Indígena Agostinho, constitui exemplo concreto de como a educação pode fortalecer a autonomia dos povos originários. Por meio da formação de multiplicadores, o projeto incentivou a troca de saberes entre estudantes, professores e pesquisadores, promovendo práticas agroecológicas sustentáveis (Martins; Dorce; Yamazaki, 2024). No entanto, a baixa adesão de docentes às atividades revela a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar. A Agenda 2030 da ONU, especialmente por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade) e 15 (Vida Terrestre), reforça a relevância da educação e da proteção dos territórios para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis (ONU, 2015).

2.2 Conflitos Territoriais e Violência Contra os Povos Indígenas

A história da colonização e apropriação das terras indígenas no Brasil está intrinsecamente ligada à lógica do crescimento econômico e à expansão do agronegócio. No estado de Mato Grosso do Sul (MS), esse processo remonta à criação das reservas indígenas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre 1915 e 1928, que limitou drasticamente o acesso dos povos Guarani e Kaiowá aos seus territórios tradicionais (Mota, 2015). O confinamento dessas populações em áreas reduzidas resultou na intensificação de disputas territoriais, que ainda hoje geram conflitos violentos com latifundiários e agentes do agronegócio.

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre 2003 e 2019, o MS foi responsável por 39% dos assassinatos de lideranças indígenas registrados no Brasil. A maioria dessas mortes esteve diretamente relacionada à luta pela terra (Santos; Amado; Pasca, 2021). Essa violência manifesta-se não apenas de forma física, mas também simbólica, por meio da criminalização de lideranças indígenas e da tentativa de deslegitimar suas reivindicações territoriais (Bourdieu, 1972).

A morosidade e a ineficácia das políticas públicas para demarcação e proteção dos territórios indígenas agravam esse cenário. A falta de garantia legal sobre os territórios permite invasões, expulsões forçadas e a degradação ambiental promovida por atividades como o uso

intensivo de agrotóxicos, que impactam diretamente a segurança alimentar e hídrica das comunidades indígenas (Bombardi, 2023).

Como resposta a esse contexto de violência e expropriação, os Guarani e Kaiowá têm desenvolvido estratégias de resistência que buscam o fortalecimento da autonomia territorial. A agroecologia, nesse sentido, se destaca não apenas como uma alternativa de produção sustentável, mas também como prática de afirmação cultural e política. Ao valorizar os modos tradicionais de cultivo e os saberes ancestrais, a agroecologia representa um instrumento de resistência frente ao modelo hegemônico do agronegócio (Altieri, 2004).

As sementes crioulas, preservadas e multiplicadas pelas próprias comunidades, têm papel central nesse processo. Ao contrário das sementes transgênicas, controladas por grandes corporações, as sementes crioulas promovem a soberania alimentar, reduzem a dependência de insumos externos e reforçam o vínculo cultural com a terra (Shiva, 2018).

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender os conflitos territoriais vivenciados pelos povos indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, bem como analisar políticas públicas e iniciativas de resistência voltadas ao fortalecimento de sua autonomia. A metodologia combina análise documental e estudo de caso, com base na Pesquisa-Ação Participativa (PAP), permitindo articular dados secundários e experiências empíricas.

3.1 Análise Documental

A primeira etapa da pesquisa baseou-se na análise documental, com foco nos relatórios anuais do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), abrangendo o período de 2011 a 2018. Esses documentos, reconhecidos por seu caráter sistemático e comprometimento com os direitos indígenas, foram fundamentais para identificar padrões recorrentes de violência física e simbólica, bem como a persistência de conflitos fundiários envolvendo os povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

A análise documental seguiu uma abordagem qualitativa e interpretativa, com base nos princípios da hermenêutica crítica (Minayo, 2012), permitindo compreender os conteúdos não apenas como registros descritivos, mas como expressões de processos sociais estruturantes. Os relatórios foram triangulados com literatura acadêmica especializada e documentos oficiais (como dados da FUNAI, IBGE e Ministério Público Federal), visando a contextualização histórica e institucional das dinâmicas de esbulho territorial.

Além disso, a análise possibilitou identificar lacunas e omissões estatais, evidenciar os efeitos das políticas públicas (ou da ausência delas) sobre os territórios indígenas, e mapear estratégias de resistência e resiliência comunitária. A partir dessa base documental, tornou-se possível compreender as práticas de violência como parte de um processo contínuo de desterritorialização e negação de direitos, o que subsidia a construção de propostas voltadas à justiça territorial e à valorização do pertencimento cultural.

3.2 Estudo de Caso: Projeto Ara Poty

Como parte da abordagem empírica qualitativa, esta pesquisa incorporou o estudo de caso do Projeto Ara Poty: Cooperação e Empreendedorismo Indígena, desenvolvido na Aldeia Bororó, localizada no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. O projeto teve início em fevereiro de 2023 e configura-se como uma estratégia de resistência sociopolítica e valorização cultural, com foco na juventude indígena, articulando práticas de educação ambiental,

empreendedorismo solidário e soberania alimentar, por meio da agroecologia e da valorização dos saberes ancestrais.

O estudo de caso foi escolhido por sua relevância social e por representar um modelo de intervenção territorial sustentado em princípios de interculturalidade, protagonismo comunitário e justiça socioambiental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujo objetivo foi compreender as dinâmicas formativas, pedagógicas e agroecológicas que emergem da experiência concreta do projeto, com base na observação direta das atividades, registros fotográficos e análise documental institucional.

O Projeto Ara Poty é uma iniciativa vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por meio do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPG Agronegócios), da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) e da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND). Esta última, instituída pela Portaria nº 435, de 29 de maio de 2012, é resultado da mobilização do Movimento de Professores Guarani e Kaiowá e se constitui como um marco na formação de docentes indígenas em uma perspectiva intercultural e decolonial.

As ações do projeto se desenvolvem na Escola Municipal Indígena Augustinho, situada na Aldeia Bororó, que atende aproximadamente 670 estudantes dos povos Guarani, Kaiowá e Terena. A escola dispõe de infraestrutura básica para práticas pedagógicas, culturais e esportivas, sendo o espaço de execução das oficinas agroecológicas, rodas de conversa e atividades de formação. Participam diretamente das ações cerca de 15 estudantes do Ensino Fundamental II e seus familiares, o que possibilita a articulação entre educação formal, saberes tradicionais e práticas comunitárias. A escolha do estudo de caso como estratégia metodológica permite aprofundar a compreensão de um fenômeno complexo em seu contexto real, articulando múltiplas fontes de evidência empírica (YIN, 2015).

3.3 Pesquisa-Ação Participativa (PAP)

A Pesquisa-Ação Participativa (PAP) foi adotada nesta investigação por seu alinhamento metodológico e ético com os princípios da pesquisa decolonial e da valorização dos saberes comunitários. Trata-se de uma abordagem colaborativa que rompe com a hierarquia tradicional entre pesquisador e pesquisado, favorecendo processos de escuta, reciprocidade e produção coletiva do conhecimento (Franco, 2005).

No contexto do Projeto Ara Poty, a PAP permitiu compreender e intervir na realidade local de forma dialógica e emancipatória. As atividades envolveram observações participantes, oficinas temáticas com estudantes e familiares, reuniões abertas com professores indígenas e entrevistas informais com lideranças da Aldeia Bororó. A análise dos dados foi construída a partir dos sentidos compartilhados nos espaços coletivos, respeitando a oralidade e a cosmovisão dos povos Guarani e Kaiowá. A PAP fundamenta-se em quatro princípios essenciais (Cockerham, 2023; Cornish et al., 2023): Autoridade da experiência direta – As comunidades afetadas detêm o conhecimento mais aprofundado sobre seus próprios problemas e devem liderar os processos de transformação; Conhecimento em ação – A pesquisa deve gerar saberes a partir da prática, da vivência e da experimentação coletiva; Pesquisa como processo transformador – O objetivo da pesquisa vai além da coleta de dados, buscando promover relações empoderadoras e transformação social; Colaboração por meio do diálogo – O diálogo crítico entre pesquisadores e membros da comunidade é essencial para a construção conjunta do conhecimento.

4. Resultados e Discussão

4.1 Esbulho territorial indígena

Na primeira parte deste trabalho se analisou os conflitos territoriais entre povos indígenas Guarani e Kaiowá e latifundiários no Mato Grosso do Sul (MS), enfocando o período de 2011 a 2018. A escolha deste recorte temporal justifica-se pela intensificação dos conflitos fundiários nesse intervalo, evidenciada por dados sistematizados nos relatórios anuais do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que apontam para o agravamento da violência contra os povos indígenas, aumento de assassinatos, retomadas de territórios tradicionais e maior atuação das frentes parlamentares ruralistas no Congresso Nacional, culminando em retrocessos político-institucionais relacionados aos direitos territoriais desses povos. O processo de demarcação de terras se deu a partir do aldeamento dos povos indígenas, reservas foram criadas com intenção de liberar milhares de hectares para a colonização agropastoril e submeter os povos indígenas ao controle do Estado (Cavalcante, 2014), este processo expôs a população local a “diversas formas de exploração e vulnerabilidade” (Laureano, 2011, p. 153).

Este processo de expulsão dos povos originários de suas terras se intensificou nos anos de 1970, estes povos foram realocados em oito áreas previamente demarcadas pelo Estado como reservas, o que gerou esgotamento de recursos, e posteriormente tiveram este espaço reduzido pelo Estado para favorecer fazendeiros (Lacerda, 2022). “Com isso, intensificaram-se os problemas: conflitos entre famílias, suicídios, assassinatos, desnutrição infantil, alcoolismo, mendicância, etc.” (Brasil, 2014, p. 11). Essa demarcação de terras e criação de fronteiras – linhas imaginárias em constante movimento –, desrespeitou o modo de ser Guarani e Kaiowá, sua relação com a terra, seu Tekoha.

O termo Tekoha é um lexema constituído do substantivo “Teko” mais o sufixo “ha” que, entre vários significados, tem o sentido de “lugar”. Assim Tekoha é entendido atualmente pelos indígenas como “o lugar onde realizamos nosso modo de ser” (Melià; Grünberg, p. 1-2, 1976). Lideranças indígenas contemporâneas, têm enfatizado que o Tekoha representa não apenas um espaço geográfico, mas um território de memória, espiritualidade e resistência, onde os saberes ancestrais, os vínculos comunitários e a dignidade coletiva são vivenciados cotidianamente. Portanto, o Tekoha constitui um fundamento essencial na luta pela autodeterminação e pelos direitos territoriais dos povos Guarani e Kaiowá. Com isto é possível enfatizar que a relação da terra dos povos Guarani e Kaiowá é diferente da relação que os não indígenas têm.

O território indígena, por exemplo, é elaborado por uma práxis diferenciada dos sistemas de apropriação capitalista, não sendo o resultado causal do Estado, nem fixo como ele e essa relação precisa ser compreendida, sobretudo porque as determinações territoriais, vivenciadas na práxis cotidiana, muitas vezes rompem com padrões estanques de poder, nos moldes que são expressos na sua morfologia binária (território-Estado). (...) De modo geral, independentemente da maneira como o território é considerado - categoria empírica ou categoria analítica – ele emerge de um campo específico de relações, com referência às relações sociais de poder, quer onde estejam os sujeitos concretos e suas representações, ele não se estabelece a priori (Souza, p. 9, 2013).

Neste relato especificamente é possível observar a violência simbólica através do discurso utilizado pelos fazendeiros acerca da propagação de inverdades sobre os povos indígenas. Este tipo de situação corrobora com a criação de uma identidade indígena que não é verídica, a qual propaga discursos, principalmente pela mídia, de que os povos indígenas são invasores ou vítimas inertes (Lima, 2019). Tal construção simbólica afeta diretamente a formulação de políticas públicas, uma vez que contribui para o esvaziamento do debate sobre os direitos indígenas e para a legitimação de medidas que desconsideram suas especificidades culturais e históricas. Além disso, reforça estigmas sociais, influenciando a opinião pública de modo a naturalizar a exclusão e a violência praticadas contra essas populações. Nesse contexto,

a desconstrução desses discursos torna-se fundamental para a promoção de políticas reparadoras e para a efetivação de uma justiça territorial e social.

Em 2017 o Mato Grosso do Sul era o segundo maior estado do Brasil com o maior número de terras aguardando alguma providência a ser tomada. Naquele ano houve um conflito relativo a direitos territoriais no estado. Um acampamento indígena foi destruído por 200 policiais e soldados do exército que entraram na aldeia em busca de produtos de possíveis furtos. Uma liderança da comunidade afirmou que os policiais destruíram barracos, pertences pessoais e objetos de sua religião, “a liderança afirmou ainda que essa operação foi uma retaliação por parte dos fazendeiros, em função da luta dos indígenas pela terra” (RELATÓRIO CIMI, 2017, p. 64).

Em 2018 houve um aumento significativo nos assassinatos dos povos indígenas no MS quando comparado aos outros anos. No relatório foi possível verificar que o povo Guarani está na posse de apenas 29% das terras conhecidas pelo Estado, e este é mais um fator que contribui com a violência. 38 indígenas foram assassinados neste ano, o segundo maior número entre os estados do Brasil (RELATÓRIO CIMI, 2018). Portanto, é possível verificar que os problemas acerca da questão indígena não foram diferentes em nenhum período analisado, estes se mostraram constantes, mesmo que em algum momento tenham sido mais ou menos intensos do que o outro. Algumas medidas foram criadas para que fosse possível mitigar os problemas da questão indígena no estado, isto será discutido no próximo tópico.

As transformações territoriais ocorridas a partir da demarcação transformaram intensamente o “modo tradicional de usufruir do território físico e simbólico” (Lacerda, 2022, p. 37) das terras indígenas. O processo de demarcação não deve ser analisado como uma situação já resolvida pelo Estado, a demarcação das terras ainda não foi completamente consolidada no Mato Grosso do Sul, o que causa inúmeros problemas como, por exemplo, falta de acesso à água potável pelos povos indígenas, alimentos e a saúde básica (Mondardo; Chaparro, 2022). Essa problemática pode ser compreendida à luz do conceito de justiça ambiental, que evidencia como populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas, são desproporcionalmente afetadas pela degradação ambiental e pela ausência de políticas públicas equitativas. A falta de acesso a recursos essenciais como água e alimentos reflete desigualdades estruturais profundas, que se manifestam no território e nas políticas que regulam seu uso e posse.

A dificuldade no acesso à água potável, problema crônico entre os indígenas, principalmente nos Tekoha Guarani e Kaiowá de Dourados (...) neste município, registrou-se a falta de água nas Aldeias Bororó, Jaguapiru, Panambizinho e nas áreas de retomada do entorno. Ademais, identifica-se ainda falta de água em Aquidauana (Aldeia Bananal), Miranda (Aldeia Moreira) e Porto Murtinho (Aldeia São João). O corte de cestas básicas por parte da FUNAI aos indígenas habitantes de áreas não demarcadas foi uma das ações do Governo Federal que favoreceram situações de fome e insegurança alimentar (Mondardo; Chaparro, p. 22, 2022). Além disso, como apontado anteriormente, esta situação tem gerado inúmeros problemas entre latifundiários e os povos originários Guarani e Kaiowá. Isso porque de um lado há o direito originário sobre a terra, e a falta de garantia deste espaço desrespeita o modo de ser e viver, e pelo outro lado, há o direito pela terra garantido pelo Estado. Como foi colocado anteriormente

Contudo, são os povos indígenas que sofrem com a crueldade e violações dos seus direitos (Silva, 2017). Na análise feita é possível verificar que não houve em nenhum momento do recorte temporal proposto, um período em que os povos indígenas não estiveram em situação de despreocupação com seu próprio território.

Nesse contexto em 2014 registrou-se o assassinato de 51 indígenas, 27 eram da etnia Guarani e Kaiowá (RELATÓRIO CIMI, 2011). O ano de 2014 se destaca em relação à violência sofrida pelos povos Guarani e Kaiowá, no mesmo relatório é possível verificar que houve 138

casos de homicídio de indígenas naquele ano, 4 conflitos envolvendo a etnia analisada, e 48 suicídios indígenas no estado do MS. Esses dados permitem sugerir a gravidade da situação enfrentada por essas comunidades indígenas no MS em comparação à violência no Iraque no mesmo período, pois a taxa de homicídios no Iraque foi de 10,1 por 100.000 pessoas, conforme informações disponíveis no TheGlobalEconomy.com (TheGlobalEconomy.com). Esta taxa é consideravelmente menor do que a taxa de 100 por 100.000 pessoas encontrada para indígenas no MS (RELATÓRIO CIMI, 2014). A analogia com o cenário iraquiano não pretende relativizar conflitos distintos, mas sim reforçar, sob uma perspectiva retórica e metodológica, a excepcionalidade da violência vivida pelos povos indígenas no Brasil. Tal comparação visa provocar reflexão crítica sobre o grau de vulnerabilidade e exposição à violência em território nacional, revelando a negligência estrutural do Estado frente a essas comunidades.

Neste sentido, a situação vivida pelos Guarani e Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul, é emblemática. Em 2015, foram registrados mais de uma dezena de ataques paramilitares contra várias comunidades deste povo. Tais ataques, desferidos por milícias comandadas por fazendeiros, resultaram em uma liderança assassinada e dezenas de indígenas, inclusive crianças e idosos, feridos. Neste aspecto, o ataque paramilitar desferido contra o Tekoha Nanderu Marangatu é exemplar. Este foi preparado no sindicato rural do município de Antônio João e contou com a participação de dirigentes sindicais, latifundiários e, inclusive, parlamentares federais. A ação foi precedida por uma onda de mentiras espalhadas por alguns fazendeiros com o intuito de criar um clima de terror e animosidade da população regional contra os indígenas, numa tentativa pré-concebida de legitimar o ataque que estava sendo perpetrado. A tentativa de criminalizar lideranças indígenas, profissionais de antropologia, organizações e pessoas da sociedade civil que atuam em defesa dos projetos de vida dos povos indígenas no Brasil também foi intensificada pelos ruralistas em 2015. Neste sentido, duas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) foram criadas e postas em funcionamento sob o controle de deputados representantes do agronegócio. Uma na Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul, denominada CPI do CIMI, e outra na Câmara dos Deputados, denominada CPI da Funai/Incra. As invasões possessórias para a exploração ilegal de bens naturais de terras indígenas, de modo especial a madeira, foram agravadas, em 2015, pela prática macabra de atear fogo intencionalmente no interior dessas terras. Essa ação criminosa foi posta em prática por madeireiros como uma represália ao fato de os próprios indígenas fazerem a proteção territorial. A ação dos madeireiros resultou na ampliação em larga escala das queimadas, na consequente destruição generalizada da fauna e flora no interior das terras indígenas e em grave ameaça a famílias inteiras de indígenas, especialmente, com a queima de suas casas (RELATÓRIO CIMI, p. 13, 2015).

Neste relato especificamente é possível observar a violência simbólica através do discurso utilizado pelos fazendeiros acerca da propagação de inverdades sobre os povos indígenas. Este tipo de situação corrobora com a criação de uma identidade indígena que não é verídica, a qual propaga discursos, principalmente pela mídia, de que os povos indígenas são invasores ou vítimas inertes (LIMA, 2019).

4.2 Conflitos Territoriais e Resgate do Pertencimento territorial e cultural

A análise dos dados extraídos dos relatórios do CIMI, referentes ao período de 2011 a 2018, evidencia um cenário crítico de violência e desterritorialização sofrido pelos povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Esta análise histórica será, a seguir, complementada pela descrição de práticas de resistência e reconstrução sociocultural, como exemplificado pelo Projeto Ara Poty, que articula ações educativas, agroecológicas e culturais no enfrentamento das múltiplas formas de violência enfrentadas por essas comunidades. de violência e

desterritorialização sofrido pelos povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Os registros alarmantes de homicídios, suicídios e violações de direitos demonstram como a negligência estatal e os interesses do agronegócio tradicional intensificam os conflitos fundiários e perpetuam um ciclo de marginalização e insegurança alimentar. O processo de esbulho territorial vivenciado pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul evidencia uma longa trajetória de violências estruturais e simbólicas, promovidas por agentes do Estado e por interesses ligados ao agronegócio. As práticas de confinamento em reservas, implementadas desde o início do século XX, restringiram drasticamente o acesso a territórios tradicionais e desrespeitaram os modos de vida baseados no Tekoha – lugar onde se realiza o "modo de ser" Guarani e Kaiowá (Melià; Grünberg, 1976).

Entre 2011 e 2018, relatórios do CIMI revelam altos índices de homicídios, suicídios e remoções forçadas, com destaque para os anos de 2014 e 2015, quando os episódios de violência assumiram proporções alarmantes. Esses dados atualizam e aprofundam a trajetória de esbulho territorial iniciada no século XX, evidenciando como as práticas de violência estrutural e simbólica permanecem ativas nas formas contemporâneas de negação territorial. Além da violência física, a estigmatização midiática e os discursos de criminalização também compõem o cenário de violência simbólica, contribuindo para a negação do pertencimento e da identidade indígena (Lima, 2019).

Neste contexto, o Projeto Ara Poty emergiu como uma proposta de resistência sociopolítica e espaço socioeducativo, combinando agroecologia, educação intercultural e valorização dos saberes tradicionais. A seguir, são apresentados registros fotográficos que documentam os impactos e desdobramentos das ações realizadas junto às crianças e famílias da Aldeia Bororó, participantes do projeto.

Figura 1 – Estudantes indígenas Guarani e Kaiowá participam da construção de canteiros agroecológicos na Aldeia Bororó (Projeto Ara Poty, 2023).



Fonte/Autores: Arquivo do Projeto Ara Poty

Como resposta concreta ao contexto de violência e desterritorialização descrito anteriormente, a prática agroecológica foi incorporada como ferramenta de aprendizado e fortalecimento do pertencimento territorial. As oficinas realizadas buscaram promover o envolvimento direto das crianças e jovens no cultivo dos canteiros, utilizando sementes crioulas e técnicas sustentáveis adaptadas à realidade local.

Outras imagens registradas na execução do projeto mostram crianças, jovens indígenas engajadas na produção agroecológica, no resgate das sementes crioulas e na construção de autonomia alimentar. Essas representações visualizam concretamente a possibilidade de um agronegócio comprometido com a sustentabilidade e com a diversidade sociocultural do país.

Figura 2 – Jovens indígenas cultivando hortaliças em canteiros agroecológicos na Aldeia Bororó, como parte das atividades do Projeto Ara Poty (2023).



Fonte/Autor: Arquivo do Projeto Ara Poty

Essas atividades não apenas promoveram o acesso à alimentação saudável, mas também geraram um espaço de valorização das práticas culturais e de reconexão com a terra. O protagonismo dos estudantes, com apoio de docentes, e pesquisadores, consolidou uma abordagem transdisciplinar voltada à autonomia indígena Conforme a Figura 3.

Figura 3 – Ação coletiva para preparo do solo e plantio agroecológico com estudantes, famílias e pesquisadores do Projeto Ara Poty (Aldeia Bororó, 2023).



Fonte/Autor: Arquivo do Projeto Ara Poty

Dessa forma, o Projeto Ara Poty demonstrou que o enfrentamento do racismo ambiental e da violência territorial exige a articulação de ações educativas, políticas públicas e estratégias colaborativas que fortaleçam a autodeterminação dos povos indígenas. Contudo, ao longo deste trabalho, as imagens e experiências do projeto Ara Poty: Cooperação e Empreendedorismo Indígena revelam uma perspectiva alternativa e propositiva. Desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o projeto demonstra que o agronegócio pode e deve ser ressignificado, incorporando princípios de sustentabilidade, justiça social e valorização dos saberes ancestrais.

A atuação do projeto Ara Poty desmistifica o estereótipo amplamente difundido de que o agronegócio está exclusivamente associado à destruição ambiental e à opressão de comunidades tradicionais. Ao contrário, evidencia-se que o agronegócio, quando orientado por uma lógica inclusiva e sustentável, é capaz de integrar agricultores familiares e povos originários, promovendo práticas agroecológicas que respeitam o território, a cultura e os modos de vida indígenas. No entanto, um dos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas para o fortalecimento dessas práticas é a precariedade da infraestrutura básica. A falta de acesso à água potável, por exemplo, impede que muitas famílias desenvolvam suas próprias hortas, limitando o impacto de iniciativas como o Ara Poty (Mondardo & Chaparro, 2022). Assim, para que a agroecologia se consolide como uma ferramenta efetiva de resistência indígena, é necessário que políticas públicas garantam o acesso a recursos essenciais, como terra e água.

5. Considerações Finais

Os conflitos territoriais enfrentados pelos povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul evidenciam a persistência de estruturas coloniais que violam direitos fundamentais à terra, à cultura e à vida. A violência física e simbólica vivida por essas comunidades é agravada pela omissão do Estado e pela expansão do agronegócio em moldes excludentes, reafirmando a urgência de políticas públicas efetivas para a demarcação e proteção dos territórios indígenas.

A análise dos relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) demonstra que o ano de 2014 marcou um dos momentos mais críticos dessa crise, com índices de homicídios e suicídios alarmantes, comparáveis a zonas de conflito armado. A luta pela terra continua a ser o eixo central das disputas, gerando instabilidade, insegurança alimentar e desestruturação social.

Entretanto, este cenário de violência sistemática convive com experiências de resistência que apontam caminhos alternativos para a construção de justiça socioambiental. O projeto de extensão universitária *Ara Poty: Cooperação e Empreendedorismo Indígena* exemplifica uma dessas iniciativas. Ao promover práticas agroecológicas e a valorização das sementes crioulas, o projeto fortalece a autonomia produtiva e o pertencimento territorial das comunidades Guarani e Kaiowá, resgatando saberes ancestrais e mobilizando a juventude indígena em processos educativos e coletivos.

A experiência do Ara Poty também revela o potencial transformador de uma nova abordagem do agronegócio — não como instrumento de exclusão, mas como prática comprometida com a sustentabilidade, a diversidade cultural e a justiça social. A iniciativa rompe com o estigma de que o agronegócio é intrinsecamente predatório, demonstrando que é possível integrá-lo a partir de uma lógica inclusiva, que respeite os modos de vida tradicionais e promova a soberania alimentar.

As imagens e registros do projeto reforçam essa perspectiva, ao documentar o engajamento de estudantes, professores, lideranças e famílias indígenas na construção coletiva de hortas, na troca de conhecimentos e na gestão autônoma dos recursos. Esses resultados demonstram que a produção agroecológica, quando aliada à educação intercultural, pode ser uma via concreta para o empoderamento dos povos indígenas e a superação das desigualdades territoriais.

Diante disso, é fundamental que políticas públicas reconheçam e apoiem iniciativas como o Ara Poty¹. Gestores públicos, instituições acadêmicas e movimentos sociais devem se articular de forma transdisciplinar e colaborativa para consolidar práticas agroecológicas e educativas que promovam o pertencimento, a valorização cultural e a justiça territorial. Apenas com o fortalecimento de ações integradas será possível transformar o campo em um espaço de inclusão, resistência e diálogo intercultural.

Conclui-se, portanto, que a valorização dos saberes tradicionais, associada à assistência técnica qualificada e ao apoio acadêmico, constitui uma estratégia essencial para romper com

¹ Agradecimentos

O projeto de pesquisa e extensão, que daremos continuidade, vem sendo realizado com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG), da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), do Ministério Público Federal (MPF), da Itaipu Parquetec, da Itaipu Binacional, com apoio direto da Escola Municipal Indígena Agustinho, da FACE (Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia), da FAIND (Faculdade Intercultural Indígena), da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFGD, do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGRONEGÓCIOS) e da Asociación de los Alumnos Brasileños de la Universidad de Salamanca (ABS-USAL) e Red HecoUsal.

a lógica histórica de marginalização. Ao apoiar projetos que nascem no diálogo entre universidade e comunidade, o Estado contribui não apenas para a redução dos conflitos fundiários, mas também para a construção de um modelo agrícola ético, sustentável e verdadeiramente inclusivo — comprometido com os direitos dos povos indígenas e dos agricultores familiares.

Referências

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2020*. Brasília: APIB, 2021.

BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas*. Brasília: CNV, 2014.

CAVALCANTE, R. M. A. *A questão fundiária indígena e a regularização das terras tradicionais no Brasil: análise crítica das políticas públicas*. Curitiba: Juruá, 2014.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2011 a 2018*. Brasília: CIMI, 2011-2018.

CORNISH, F. et al. Participatory action research to tackle health inequity: emerging principles and practices. *Social Science & Medicine*, v. 324, 2023.

FIOCRUZ. *Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005

GROUP, H. L. P. E. *Agroecological approaches and other innovations for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition*. Rome: FAO, 2019.

HLPE – High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. *Sustainable agricultural development for food security and nutrition: what roles for livestock?* Rome: FAO, 2016.

IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs. *The Indigenous World 2019*. Copenhagen: IWGIA, 2019.

JORGE, M. C. *Insegurança alimentar e vulnerabilidade social entre indígenas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2014.

LACERDA, R. A. *Territorialidades indígenas e conflitos socioambientais: análise das políticas públicas em MS*. Campo Grande: UEMS, 2022.

LAUREANO, C. E. *A desterritorialização dos Guarani e Kaiowá: estudo sobre as reservas no Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2011.

LIMA, F. C. A. *Imagens da barbárie: mídia e identidade indígena no Brasil contemporâneo*. Curitiba: CRV, 2019.

MARTINS, R. V; DORCE, L. C; YAMAZAKI, R. M. *Práticas agroecológicas no combate à crise hídrica na Aldeia Bororó-MS: experiências e esperanças do Projeto Ara Poty*. **Cadernos de Agroecologia**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 2, dez. 2024. Disponível em: <https://www.cadernos.agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/xxxx>. Acesso em: 1º abr. 2025.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G. O. *Tekoha: lugar da vida*. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1976.

MINAYO, M. C. S. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

MONDARDO, M.; CHAPARRO, M. *Direito à água e crise sanitária nas terras indígenas no Brasil*. Dourados: UFGD, 2022.

MOTA, L. F. *Colonialismo e conflito fundiário: os Kaiowá e Guarani e o processo de territorialização no MS*. Dourados: UFGD, 2015.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

SANTOS, A. L.; AMADO, M. C. F.; PASCA, L. A. *A violência contra os povos indígenas no Brasil: 2003-2019*. Brasília: INESC, 2021.

SHIVA, V. *Quem alimenta realmente o mundo?*. São Paulo: Elefante, 2018.

SILVA, A. T. da. *Entre o latifúndio e o tekoha: os Guarani e Kaiowá e os conflitos por terra em MS*. Dourados: UFGD, 2017.

SILVA, F. et al. *Racismo ambiental e povos indígenas no Brasil: uma análise crítica das políticas públicas*. Brasília: ABA, 2019.

SOUZA, M. L. de. *Ambiente, território e sustentabilidade: ensaios sobre o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Contexto, 2013.

TUCKER, C. M.; IZADPANAHI, P. *Indigenous knowledge and climate governance: a study on forest and water management in Latin America*. *Ecology and Society*, v. 22, n. 4, 2017.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.